

EDITORIAL

Cristiano Costa de Carvalho¹

Eliana Bolorino Canteiro Martins²

Hyllary Marcelino Gonçalves³

O momento que vivemos está repleto de desafios concernentes aos elementos estruturais e fundamentais da vida humana e o Serviço Social, enquanto profissão e área do conhecimento, inserido na divisão sociotécnica do trabalho, conseqüentemente tem sido instigado a tecer mediações cada vez mais complexas diante a barbárie que a sociabilidade, paramentada pelo modo de produção capitalista, tem gerado e conseqüentemente impactado na vida de bilhões de pessoas ao redor do mundo.

Um nível elevado de consciência crítica tem sido exigido para que tenhamos condições objetivas de superar o conjunto de desafios e dilemas que são postos no cotidiano profissional. A necessidade de alinhar o enfrentamento das expressões da questão social afloradas nas instituições que operacionalizam as políticas públicas com a direção crítica, ético-política da profissão tem sido um dos caminhos mais viáveis e consistentes, ocorrendo mesmo considerando a pluralidade de perspectivas assumidas por esses sujeitos que constroem a

¹ Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local. Doutorando em Serviço Social pela FCHS/ UNESP. Bolsista CAPES. Professor no IEC/PUC Minas. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (GEPESSE) e Grupo de Estudos e Pesquisas Estudos sobre Política de Saúde e Serviço Social (QUAVISSS). E-mail: ss.cristiano@gmail.com

² Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Instituição Toledo de Ensino de Bauru. Mestrado em Serviço Social pela UNESP/Campus de Franca. Doutorado em Serviço Social pela PUC/SP. Pós-Doutorado em Serviço Social pela UERJ. Livre Docência pela UNESP/Campus de Franca. Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social UNESP/Franca. Bolsista Produtividade em Pesquisa pelo CNPq - Nível 2. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (GEPESSE). E-mail: elianacanteiro@terra.com.br

³ Formada em Téc em Administração e Téc. em Agropecuária pela Etec Prof. Francisco dos Santos, atualmente graduanda de Serviço Social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Câmpus de Franca - FCHS/Unesp. Membro do Grupo de Extensão Cárcere, Expressão e Liberdade e do Centro Acadêmico de Serviço Social (CASS) - Gestão Lacreia. Atualmente está estagiando na Seção Técnica de Pós-graduação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Campus de Franca e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Pesquisadora PIBIC.

profissão pois, independente das diferenças formam uma unidade no que diz respeito a defesa da dignidade da pessoa humana.

Contudo esta pluralidade de concepções e modos de pensar, trabalhar e produzir conhecimento estão sedimentadas no Código de Ética (CFESS, 1993), expresso nos princípios fundamentais da profissão ao qual destacamos o reconhecimento da liberdade, a defesa aos direitos humanos, ampliação e consolidação da cidadania, a democracia, favorecimento da equidade e justiça social, a eliminação de todos os tipos de preconceitos, a garantia do pluralismo, a opção por um projeto profissional que vise à construção de outra forma de sociedade (sem exploração). Ressaltamos também a articulação com movimentos sociais, compromisso com a qualidade de serviços e a negação da discriminação (de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física e mental) (CFESS, 2011).

Sem dúvida, chegamos ao século XXI com um acúmulo consistente em torno da direção da profissão e da sua pluralidade, na oportunidade, lembramos deste marco, os 30 anos do Código de Ética Profissional do/a Assistente Social (1993), enquanto um divisor de perspectivas e da consolidação de uma profissão madura e comprometida com o futuro da humanidade por meio dos princípios acima mencionados. Avaliamos necessário destacar esse momento e o conjunto de eventos realizados ao longo de 2023 para refletir, debater e avançar na consolidação destes princípios delineados pelo Código de Ética Profissional.

Enquanto profissão, igualmente cercada de limitações, mas com a força de intencionalidade e trabalho árduo por transformações societárias, o Serviço Social brasileiro tem uma contribuição significativa para o Brasil e conseqüentemente para humanidade, isso é inegável a partir do desvelamento das expressões da questão social presentes no cotidiano e da capacidade de assistente sociais tecerem mediações por meio das políticas públicas de educação, saúde, assistência social, previdência social, etc. com intuito de lutar pelo acesso e ampliação dos direitos sociais.

É um marco inovador esse conjunto de intencionalidade pautadas em abordagens filosóficas, teleológicas críticas, em lutar por mudanças nas relações sociais que tenham como horizonte a esperança e utopias por uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária. Sem dúvida são intencionalidades que nos movem e tem sido a base necessária para consolidação da nossa práxis revolucionária.

Embasada nestas brevíssimas reflexões (e intenções) que a Revista Serviço Social & Realidade, periódico mentido pelo Programa de Pós Programa de Pós-Graduação em Serviço

Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" buscou inspiração para definir o tema gerador da edição de fluxo contínuo do ano de 2023. O célebre parágrafo escrito por Paulo Freire e publicado no livro “Pedagogia da Esperança - Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido” ao qual reproduzimos abaixo:

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo (Freire, 1992).

Nos provoca inquietações. Os “desafios do verbo esperançar” foi inspiração para muitas das ações que o Serviço Social da UNESP desenvolveu no recorrente ano nos cursos de graduação e de pós-graduação e movimentou nossa comunidade nas práticas de ensino, pesquisa, extensão e na produção do conhecimento. Essa inspiração aparece em vários momentos e teve destaque no evento organizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação (GEPESSE) que promoveu o III Seminário Internacional e VII Fórum de Serviço Social na Educação do GEPESSE: "Serviço Social e Educação: desafios do verbo esperançar!" no mês de novembro de 2023.

Na oportunidade do fechamento do fluxo contínuo de 2023 do periódico, agradecemos ao GEPESSE por ceder gentilmente a arte do evento para compor a capa desta edição da revista e ter sido decisivo na composição de avaliadores *ad hoc* e mobilizador para que as produções e manuscritos estejam disponíveis para comunidade científica do Serviço Social e áreas afins.

A presente edição, volume 32, conseguiu agregar estudantes de graduação, pós-graduação, pesquisadores/as e profissionais em torno de diversas temáticas relacionadas a uma das áreas que mais cresce no Serviço Social no Brasil, a educação. A inserção de assistentes sociais no âmbito da Política de Educação, especialmente na educação básica, a partir da promulgação da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, representa esforços do coletivo de profissionais, Universidades e das entidades representativas (Leia-se: CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO) que data a partir do ano 2000.

O estímulo a produções que tenha como foco o Serviço Social nas políticas de educação é algo necessário e urgente, pois além de consolidar a imagem e o projeto profissional, instrumentaliza o trabalho e a formação profissional na área. Esse foi o investimento da Revista para comunidade, a seguir apresentamos os 23 artigos que compõem esta edição.

Iniciamos com o artigo **“O Esperançar como verbo: o Coletivo de Assistentes Sociais do IFSP e a coletivização das resistências”** de autoria de Maria Conceição Borges Dantas, Michelli Aparecida Daros e Williana Angelo, ambas assistentes sociais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) e vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSSO) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP em que apresenta um relato de experiência a partir das lutas coletivas enquanto elemento constituinte e fundamental para o avanço do exercício profissional de assistentes sociais na educação tecnológica. Sem dúvida o artigo contribui para avanços em torno de reivindicações e as particularidades inerentes à luta pelo direito social à educação, além de provocar reflexões acerca da importância da mobilização e organização da categoria profissional de assistentes sociais nas lutas coletivas.

O segundo artigo em formato de ensaio teórico com o título **“A função educativa do serviço social e consciência de classe: reflexões sobre a dimensão político-pedagógica da profissão”** com autoria de Vitória Santos de Oliveira, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, propõe o debate acerca do princípio educativo e sua estreita ligação com a prática profissional do serviço social, observando os determinantes históricos e políticos em que se inserem o desenvolvimento do exercício profissional além de apontar novas estratégias para uma atuação mais crítica, levando em conta os desafios contemporâneos para a construção de uma pedagogia crítica emancipatória.

O terceiro artigo de autoria de Emmanuella Aparecida Miranda, Rita de Cássia Pereira Farias e Lilian Aparecida Carneiro Oliveira, ambas vinculadas ao Departamento de Economia Doméstica e Serviço Social da Universidade Federal de Viçosa (UFV) leva o título **“A ressignificação do acesso à educação como expressão dos direitos humanos”** e apresenta o acesso à educação para além do marco ocupacional das vagas disponibilizadas na rede pública de ensino. Para tal, discute o papel dos intelectuais orgânicos das camadas populares frente ao direito fundamental à educação pública, laica e de qualidade. A fundamentação da pesquisa consiste na pesquisa bibliográfica e qualitativa em autores progressistas, apoia-se nas lentes da teoria crítica para refletir a questão dos direitos humanos no circuito fechado dos estratos de poder da sociedade de classes. O artigo traz como resultado a ressignificação do acesso à educação como requisito necessário para ampliação da participação popular ao conhecimento socialmente produzido. Identifica as contribuições da organicidade do Serviço Social junto às demais categorias profissionais potencialmente fortalece a educação para a liberdade desnuda

as faces da dominação e que, portanto, não se limita à reprodução do referencialmente disponibilizado pelos planos de Estado e/ou governo.

O artigo “**A dimensão pedagógica do trabalho de assistentes sociais no âmbito da socioeducação**” de Veronica Rimes da Cunha, assistente social com atuação no Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) apresenta a dimensão pedagógica do trabalho de assistentes sociais no âmbito da socioeducação, partindo de sua compreensão como trabalho concreto, cujas determinações estão dadas pela dinâmica de uma instituição na qual práticas e sujeitos conformam uma modalidade de trabalho social e combinado, articulando as funções coercitivas e pedagógicas, que caracterizam a atuação do Estado. Resulta de análises feitas sobre a política de atendimento dirigida aos jovens em cumprimento de medida socioeducativa, mediatizada pela articulação das dimensões sancionatória, processual e socioeducativa. As relações interinstitucionais, as requisições e respostas profissionais são apresentadas a partir da inserção no processo de trabalho coletivo. Evidencia-se o potencial que a dimensão pedagógica do trabalho tem para contribuir na afirmação da proposta socioeducativa.

O quinto artigo, de autoria de Camila Gibin Melo, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSSO) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, leva o título: “**Escritos antipunitivistas sobre educação e consciência na experiência da cooperativa arte marginal**” apresenta reflexões acerca das possibilidades e dos limites para a formação da consciência e da identidade de classe junto aos adolescentes criminalizados e em cumprimento de medida socioeducativa. Para isto, apresenta a experiência educativa “Cooperativa Arte Marginal”, nascida de uma situação inusitada de suposto ato infracional e que se tornou em uma saída antipunitivista e educativa. O artigo adota os estudos de Marx e Engels sobre consciências para elaborar sobre a experiência, bem como das elaborações da pedagogia socialista de Anton Makarenko. Aponta que ações coletivas permitem saltos significativos para o processo de formação da consciência crítica e da identidade de classe, ainda que limites permaneçam colocados.

O artigo “**Reflexões sobre o acesso e permanência ao ensino superior para pessoas privadas de liberdade**” de autoria de Salomy Correa Lobato, Vera Lúcia de Azevedo Lima e Adrilayne dos Reis Araújo com vinculação na Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade de São Paulo (USP), respectivamente, realiza uma breve reflexão sobre o acesso ao ensino superior de pessoas privadas de liberdade, baseado em uma pesquisa de caráter descritiva que objetivou traçar o

perfil acadêmico, social e penal dos presos em unidades prisionais no Estado do Pará. De acordo com o resultado observou-se que o acesso ao ensino superior está sendo possível apenas por meio da Educação à distância e mesmo assim há desafios que perpassam de ordem institucionais que comprometem o desempenho acadêmico dos condenados, podendo levar a situações de trancamento e até abandono.

O sétimo artigo de autoria de Dálcio Rosário Alves, Mariana da Silva Neta e Mariany Almeida Montino, da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) leva o título “**Educação, trabalho e resistência cotidiana das quebradeiras de coco**” apresenta um estudo qualitativo e bibliográfica, que visa analisar e compreender aspectos educacionais nas formas de trabalho, cotidiano e resistência das “quebradeiras de coco babaçu”, considerando o MATOPIBA - Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia, região de expansão do agronegócio e do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), com sede em Imperatriz - MA. Apresenta a discussão sobre os conceitos de educação; quebradeiras de coco, trabalho, território e articulação social, logo a pesquisa está estruturada nos conceitos educacionais e reflexões acerca da articulação social das quebradeiras de coco e destaca as significativas contribuições da educação popular e da educação informal, tendo em vista que as camponesas quebradeiras de coco se articulam e se reinventam.

O oitavo artigo, de autoria de Glauco Pereira de Oliveira e Braga, assistente social e doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) tem como título “**Os conceitos de família na política educacional de acesso à educação superior**” e apresenta uma problematização dos conceitos de família incorporados em legislações da política educacional brasileira para o acesso à educação superior, a partir de documentos referentes às medidas governamentais, em torno da fase expansionista do ensino superior no Brasil. Em termos metodológicos, para o desenvolvimento do artigo, foram utilizados a pesquisa documental e a análise de conteúdo. A concepção de família, nas legislações educacionais, mantém-se em torno do quesito da renda ou da condição socioeconômica do grupo familiar, ou seja, da partilha de recursos bem como da residência ou domicílio. As concepções de família encontradas na análise documental revelam a complexidade de se abordar a temática nos programas da política educacional no contexto de expansão e reestruturação do ensino superior brasileiro e para o acesso à educação superior.

O artigo “**Serviço Social e diversidade sexual: percursos na formação profissional**” de autoria de Jaqueline de Melo Barros e Nilza Rogéria de Andrade Nunes, ambas vinculadas ao Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

(PUC-Rio), objetiva compreender como o debate sobre diversidade sexual vem sendo abordado nos cursos de Serviço Social. No âmbito profissional a discussão sobre diversidade sexual ganha folego com a campanha “*O Amor fala todas as línguas*”, tendo como ápice a Resolução 489 do CFESS, a qual veda quaisquer condutas de caráter discriminatório e/ou preconceituosas por orientação sexual no exercício profissional. Trata-se de um estudo exploratório de cunho qualitativo realizado junto a discentes concluintes do curso de Serviço Social em uma universidade privada localizada na região do centro-sul fluminense no ano de 2022. Utilizou-se com instrumento para coleta de dados a aplicação de um questionário *online*. O estudo pode contribuir para que esta temática seja incorporada na formação profissional com a densidade requerida, uma vez que o/a assistente social é um/a profissional que tem uma atuação orientada pela defesa incondicional dos direitos humanos.

Na sequência, apresentamos o artigo “**A importância da interseccionalidade no trabalho do Serviço Social na Educação profissional e tecnológica**” de autoria de Cintia Caroline de Oliveira e Silvani Valentim, ambas com vinculação no Programa de Pós-graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). As autoras apresentam a importância da abordagem feminista e da interseccionalidade na práxis do Serviço Social, sobretudo na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e por meio da pesquisa identificou que a interseccionalidade é fundamental para entender as múltiplas dimensões que perpassam as desigualdades sociais e suas consequências na atuação da(o) assistente social na EPT. Os resultados destacam a necessidade de uma abordagem interseccional para o planejamento e implementação de políticas educacionais que contemplem as diferentes realidades e necessidades dos estudantes, principalmente aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social. O estudo ressalta ainda a importância da formação continuada dos profissionais para que possam compreender a complexidade das desigualdades e atuar de forma mais efetiva na promoção da justiça social no ambiente educacional.

O décimo artigo com o título “**Biblioteca feminista da UNILA: a extensão universitária como espaço de formação profissional**” com autoria de Catalina Ignacia Robles Domingues, Kátia dos Santos e Marcia Alves de Souza, ambas com vinculação institucional na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) apresenta o relato de experiência do projeto que leva o título do artigo, desenvolvido no curso de Serviço Social da UNILA em parceria com a Programa de Extensão Biblioteca Feminista da Praia Vermelha. Seu objetivo principal foi compreender o feminismo marxista como desafio para

enfrentar os ataques e avanços dos valores conservadores da sociedade hetero-patriarcal-burguesa, instrumentalizando assistentes sociais e discentes para uma atuação coerente e compromissada com o projeto ético-político da emancipação humana. As atividades estiveram abertas também para a comunidade interna da UNILA e para a comunidade externa, uma vez que o tema envolve as mulheres em geral. Para tanto, contou com a formação de um grupo de estudos, palestras, debates e a instalação de uma biblioteca física em parceria com Centro de Referência em Atendimento à Mulher Vítima de Violência.

Na sequência, o décimo primeiro artigo “**A mulher no contexto acadêmico e a pandemia do novo coronavírus: dificuldades para formação profissional e no exercício da docência**” de autoria das estudantes Gleyce Rafaella Barbosa de Lima e Vitória da Silva e docente Martha Daniella Tenório de Oliveira, ambas da UFAL, apresenta o contexto pandêmico do novo coronavírus e o trabalho desenvolvido pela Comissão de Autoavaliação do Curso de Serviço Social da Unidade Educacional Palmeira dos Índios - *Campus Arapiraca* - Universidade Federal de Alagoas (UFAL), no sentido de aproximar o conhecimento da realidade institucional, visando ampliar as possibilidades do debate sobre gênero e formação profissional. O trabalho parte da premissa que as relações de gênero são estabelecidas a partir da sociedade de classes, configuram-se, definindo o masculino e o feminino com bases estereotipadas e derivadas de pré-conceitos. O trabalho destaca que é intrínseca ao corpo, à movimentação desse outro ser a uma mudança de percepção de cunho social.

O décimo segundo artigo com o título “**O Serviço Social e educação: reflexões a partir do livro tijolos contra muros**” de autoria Inaê Carvalho Ferreira (UNESP) e Sheila Amaral Rosa (UFBA) promove reflexões a partir do trabalho do Serviço Social na área da Educação analisando as contribuições presentes no livro: “Tijolos contra muros: contribuições críticas do Serviço Social na Educação” publicado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação (GEPESSE), em 2022 e reflete sobre as contribuições para o entendimento da política de educação, bem como compartilham da luta por uma educação pública, laica, crítica e socialmente referenciada. A reflexão teórica indica em seus resultados algumas contribuições sobre o tema e possíveis orientações para a categoria profissional em Serviço Social.

O artigo “**A graduação e a pós-graduação em Serviço Social nas Universidades públicas do Rio Grande do Norte**” de autoria de Rita de Lourdes de Lima do PPGSS da UFRN apresenta o percurso histórico-teórico-metodológico dos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social no Rio Grande do Norte (Universidade Federal do Rio

Grande do Norte – UFRN e Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica, documental e de campo, utilizando-se de análise documental e de 3 entrevistas com professores dessas instituições. Os resultados apontam que o ensino de graduação e pós-graduação em Serviço Social nas instituições públicas, apesar de todas as dificuldades tem se dado no sentido de fortalecer o PEP. Ao mesmo tempo, as falas apontam sobrecarga de trabalho e adoecimentos das docentes frente as exigências de produtividade, mais acentuadamente, quando se somam às atividades pedagógicas e administrativas da graduação as da pós-graduação.

Aproximando da temática de educação, apresentamos o artigo **“Esforço para conhecer a produção do conhecimento do Serviço Social sobre o trabalho de assistentes sociais na educação básica”** de autoria da Maiana Barbosa Maffini, do PPGSS da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O presente artigo de cunho bibliográfico e documental, tem por objetivo conhecer a produção do conhecimento do Serviço Social sobre o tema do trabalho de assistentes sociais na educação básica em escolas. Buscou-se identificar quais aspectos têm sido privilegiados nos estudos publicados pelo Serviço Social sobre o tema do trabalho de assistentes sociais na educação básica. Através de um levantamento das publicações em periódicos virtuais nacionais brasileiros listados na página da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, sobre o tema do Serviço Social nas escolas da educação básica. Com a promulgação da Lei nº 13.935 de 2019, que prevê os serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica, e com isso, a iminência na contratação desses profissionais para atuar na, ou sobre às escolas, faz com que este tema seja bastante atual e relevante.

O décimo quinto artigo com o título **“Educação básica no Rio Grande do Norte e os desafios da lei 13.935/2019”** de autoria de Carla Montefusco de Oliveira e Iris de Lima Souza, ambas com vinculação institucional no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGSS-UFRN) apresenta aos leitores/as a luta contínua pela viabilização da garantia do direito à educação encontram-se os assistentes sociais, cujas ações políticas viabilizaram a promulgação da lei 13.935/2019 que reafirma a necessidade de assistentes sociais nas redes públicas de educação básica. Ponderar sobre a educação básica no estado do Rio Grande do Norte (RN) e a lei 13.935/2019, como estratégia de atenção às demandas sociais na educação, é o objetivo do artigo que tem como objeto a atuação do serviço social na educação. É um estudo com abordagem qualitativa, objetivos exploratórios, descritivos e explicativos, e procedimentos de pesquisa bibliográfica

e documental. Essa lei se destaca cada vez mais como relevante na efetivação de assistentes sociais na educação básica, diante das variadas manifestações da questão social presentes nas instituições de ensino dos estados e municípios do Brasil.

Outra experiência que dialoga com os desafios para implementação do Serviço Social e Psicologia na Educação é o artigo **“O Serviço Social na rede estadual de ensino de Santa Catarina”** de autoria de Débora Ruviano, Flávia de Brito Souza, Daniel Dall'Igna Eckere e Diogo Fiorello Foppa, ambos autores/as são técnicas/os do poder público estadual e por meio do relato de experiência tem como objetivo apresentar a trajetória da construção das competências e atribuições do Serviço Social na rede estadual de ensino de Santa Catarina. A contratação de profissionais da área do Serviço Social configura como um marco histórico para a profissão no âmbito da educação básica no Estado. São necessários esforços para afirmar no contexto da política estadual de educação a construção de caminhos, parâmetros e recursos, que deem conta da realidade complexa e diversificada dos mais de 500 mil estudantes que compõem a rede estadual de ensino catarinense. Esse movimento envolve situar a educação em toda sua complexidade, que exige cada vez mais atenção em uma perspectiva crítica de construção constante da política pública.

O artigo na sequência tem como título **“A inserção do serviço social e da psicologia na rede pública de educação básica: uma experiência exitosa no município de Jijoca de Jericoacoara/CE”** de autoria de Ana Alice Pereira, Edilene Maria Vasconcelos Ribeiro, Jade Muniz Araújo e Jaqueline Freitas de Sousa, ambas técnicas com atuação na Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Jijoca de Jericoacoara (CE), apresenta o relato de experiência da inserção do Serviço Social e da Psicologia na rede pública de educação básica no município mediante o cumprimento da Lei Federal nº 13.935/2019 e efetivação da Lei Municipal nº 741/2022. Ao tratar do processo de implantação do Núcleo Psicossocial da Educação (NUPSE) nas escolas municipais, considerando as configurações da atuação dos profissionais de Serviço Social e de Psicologia. O estudo evidenciou inúmeros desafios no *locus* de atuação profissional, considerando a necessidade do enfrentamento das expressões da questão social, na perspectiva da garantia de direitos e da necessidade da superação de práticas e visões destoantes da realidade vivida pelos sujeitos. Conclui-se, portanto, que a atuação dos profissionais do NUPSE vem contribuindo sobremaneira para a geração de mudanças na realidade social da comunidade escolar, fundamentando-se a sua atuação com base no compromisso ético político profissional.

O décimo oitavo artigo leva o título de “**Assistentes sociais da educação: participação na construção do projeto político-pedagógico da escola**” e reúne na autoria: Camila Nunes Thomaz de Almeida, Cláudia Oliveira Sant’Anna, Cristina Rosa de Almeida, Gabriele Rodrigues Lima Tavernaro e Maria Inês Teixeira Yamamoto, ambas são técnicas da Secretária de Educação do Município de Salto (SP) e apresentam um relato de experiência sobre o trabalho desenvolvido no âmbito da educação básica e a participação de assistentes sociais na construção do Projeto Político Pedagógico na escola. Essa construção apresenta diversos dados sistematizados a partir da pesquisa realizada na escola, efetua a iniciativa de pensar propostas para o trabalho na instituição, sinaliza a importância da direção política sustentada no trabalho dos(as) assistentes sociais.

Ainda sobre experiências profissionais, o artigo “**O trabalho do/a assistente social na educação básica: a sistematização de experiências a partir da atuação profissional em escolas públicas do município de João Pessoa-PB**” com autoria de Thélia Priscilla Paiva de Azevedo, Fábila Halana Fonseca Rodrigues Pita, Ranyellen Félix de Souza, Ana Cristina de Lima Santos e Maria Francisca Máximo Dantas, ambas são técnicas da Secretária de Educação do Município de João Pessoa (PB) e expõe acerca do trabalho do/a assistente social na Política de Educação, no nível da Educação Básica, mais precisamente em escolas públicas de Educação Infantil e Ensino Fundamental na capital paraibana. O trabalho se fundamenta em relatos de experiências elaborados por assistentes sociais lotadas em escolas públicas, no período pós-pandemia da Covid-19 (2022 a 2023), através de seus registros profissionais, observações assistemáticas, bem como no suporte da pesquisa bibliográfica, de modo a fornecer sustentação teórica às análises. As experiências analisadas apontam para os desafios postos no cotidiano profissional do/a assistente social em tempos de barbárie, mercantilização da Política de Educação e luta pela implementação da Lei 13.935/2019, a qual estabelece a prestação de serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica.

O vigésimo artigo também trata das experiências profissionais, sob o título “**Educação e aspectos socioeconômicos: um olhar para a realidade londrinense durante o período de pandemia (COVID-19)**”, Maria Gabriela Pereira da Silva e Ana Patrícia Pires Nalesso, ambas pesquisadoras vinculadas à Universidade Estadual de Londrina (UEL) apresenta dados e indicadores estatísticos socioeconômicos que influenciam no cotidiano de crianças na educação infantil para discutir a realidade de Londrina-PR, considerando o cenário pandêmico da COVID-19. As autoras apresentam a conceituação de indicadores sociais que baseiam o manuscritos, bem como evidenciam dados referentes à educação infantil, insegurança

alimentar e renda. Busca-se, ao final, atrelar tal discussão com os dados da realidade do município de Londrina-PR, em relação à educação infantil e às estratégias adotadas pela Secretaria Municipal de Educação diante da pandemia. A motivação para discutir tal temática se baseia no contexto histórico em que estamos inseridos, considerando que os indicadores sociais refletem a realidade pesquisada e podem auxiliar na elaboração de políticas públicas.

As/o técnico/as do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo *campus* Registro (SP), representado na autoria de Amanda Machado dos Santos Duarte, Carla Cristina Kawanami e Juliano Wagner Custódio Rodrigues nos apresenta o artigo “**Ensino médio integrado e a ideologia meritocrática: significações da escola para os jovens em um contexto de desigualdade social**”. O estudo busca compreender a vivência de estudantes do ensino médio integrado (EMI) de um campus da rede federal localizado no Vale do Ribeira (SP). No estudo, as/o pesquisador/as identificam que a formação almejada é aquela que possibilite ao jovem o ingresso no ensino superior e a formação acadêmica; a colocação no mundo do trabalho em condições dignas, não em um subemprego alienado; e uma educação que desenvolva a consciência crítica, com informações que ampliem o repertório de vivências. O esforço está intimamente ligado ao mérito individual; não acompanhar o ritmo significa algum “defeito de caráter” (preguiça, má vontade, malandragem) ou pouca dedicação. Dessa forma, os processos de exclusão causados pela estrutura da instituição ou pelas políticas e condições de acesso e permanência continuam agindo de forma silenciosa, reproduzindo as condições que mantêm a sociedade desigual e que resultam no sofrimento relatado.

Caminhando para finalização da apresentação dos artigos que compõem esta edição, apresentamos o artigo “**Juventude e educação profissional: limitações do programa jovem aprendiz**” de autoria de Daniel Luiz Pitz, do PPGSS da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Baseada na pesquisa bibliográfica e de natureza qualitativa, fundamenta sobre as atuais mudanças no mundo do trabalho especialmente com a adoção do regime de produção flexível e pela política neoliberal precarizam cada vez mais os vínculos de trabalho e a sua alta rotatividade, impactando principalmente a juventude que detém maior dificuldade para se inserir no mercado de trabalho, buscando, diversas vezes, como solução o seu ingresso temporário na condição de jovens aprendizes. Portanto, esse estudo apresenta as principais limitações da política de aprendizagem profissional de jovens no Brasil. Os resultados apresentados demonstram que a aprendizagem profissional é uma política pública paliativa

que normatiza um processo de ensino e trabalho que não garante a permanência da juventude no mercado produtivo e em condições dignas.

Não podemos finalizar este editorial sem deixar de agradecer as pessoas que ao longo de 2022 e 2023 se dispuseram em reorganizar e repaginar a História da Revista Serviço Social e Realidade. Periódico que iniciou seus trabalhos em 1991, mesmo período em que a professora Dra. Neide Aparecida de Souza Lehfeld, naquele período, chefe do departamento de Serviço Social da UNESP/Franca, iniciou o processo de criação do Programa de Pós-graduação em Serviço Social.

Nossa revista tem História, mesmo com suas idas e vindas, conseguiu se manter como referência para área de Serviço Social ao longo dos seus 32 anos. Hoje tendo a Profa. Dra. Cirlene Ap. Hilário da Silva Oliveira como editora-chefe foi totalmente reformulada e está preparada para passar pela avaliação da CAPES e obter reconhecimento *Qualis* periódico para o próximo quadriênio.

Também estamos sintonizados com a política de periódicos científicos da UNESP, atualmente organizado pela Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPE) e estamos trabalhando intensamente para otimizar nossa presença a partir do número de citações, índice-H, Fator de Impacto, visualizações, CiteScore, Cites/Doc, entre outros.

Para o ano de 2024 temos como meta otimizar nossos processos de revisão, composição, editoração, diagramação, normalização, apoio a divulgação em redes sociais visando à melhoria dos parâmetros altimétricos e publicidade dos artigos que compõe o periódico, além de aquisição do DOI (*Digital Object Identifier*) para os artigos da revista;

Enfim, todo este trabalho só é possível mediante as parcerias com dezenas de avaliadores e a presença de autores e instituições de ensino e pesquisa que reconhecem e submetem seus trabalhos em nosso periódico.

Ficamos felizes por entregar para sociedade brasileira e especificamente para área de Serviço Social a presente edição que configura trabalhos de alta relevância científica, mas também de fomento para as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa, ético-política e investigativa.

Nosso muito obrigado!!!

REFERÊNCIAS

CFESS. Código de ética profissional do assistente social – 1993. *In*: BONETTI, Dilséa Adeodata; *et. al.* **Serviço Social e ética: um convite à nova práxis**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança - Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz de Terra, 1992.